



SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 156, DE 10 DE JUNHO DE 2024

Publicado(a) no DOU de 19/06/2024, seção 1, página 59

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
SIMPLES NACIONAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TRANSPORTE DE CARGA. LEI
COMPLEMENTAR Nº 192, DE 2022. ALÍQUOTA
ZERO. CRÉDITO VINCULADO. CRÉDITO SOBRE
INSUMOS.

É vedada às pessoas jurídicas optantes a
apropriação de créditos relativos a impostos ou
contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

A apuração de créditos sobre insumos está
relacionada ao regime não cumulativo de apuração
da Contribuição para o PIS/Pasep, não se aplica ao
regime cumulativo nem ao Simples Nacional.

No período de 11 de março a 31 de dezembro de
2022, a pessoa jurídica, sujeita à apuração não
cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, que
adquirisse os produtos de que trata o caput do art. 9º
da Lei Complementar nº 192, de 2022, dentre eles o
óleo diesel, com alíquota reduzida a 0 (zero), para
utilização como insumo, nos termos do inciso II do
caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, poderia
fazer jus a créditos presumidos da referida
contribuição em relação à aquisição no mercado
interno ou importação de tais produtos em cada
período de apuração, conforme estabeleceu o § 3º do
referido artigo, incluído pela Lei Complementar nº
194, de 2022.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 1º e
3º; Lei Complementar nº 123, de 2006, arts. 1º, 23 e
24; Lei Complementar nº 192, de 2022, art. 9º; Lei
Complementar nº 194, art. 10; Medida Provisória nº
1.118, de 2022, art. 1º.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da
Seguridade Social - Cofins
SIMPLES NACIONAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TRANSPORTE DE CARGA. LEI
COMPLEMENTAR Nº 192, DE 2022. ALÍQUOTA
ZERO. CRÉDITO VINCULADO. CRÉDITO SOBRE

INSUMOS.

É vedada às pessoas jurídicas optantes a apropriação de créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

A apuração de créditos sobre insumos está relacionada ao regime não cumulativo de apuração da Cofins, não se aplica ao regime cumulativo nem ao Simples Nacional.

No período de 11 de março a 31 de dezembro de 2022, a pessoa jurídica, sujeita à apuração não cumulativa da Cofins, que adquirisse os produtos de que trata o caput do art. 9º da Lei Complementar nº 192, de 2022, dentre eles o óleo diesel, com alíquota reduzida a 0 (zero), para utilização como insumo, nos termos do inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, poderia fazer jus a créditos presumidos da referida contribuição em relação à aquisição no mercado interno ou importação de tais produtos em cada período de apuração, conforme estabeleceu o § 3º do referido artigo, incluído pela Lei Complementar nº 194, de 2022.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º e 3º; Lei Complementar nº 123, de 2006, arts. 1º, 23 e 24; Lei Complementar nº 192, de 2022, art. 9º; Lei Complementar nº 194, art. 10; Medida Provisória nº 1.118, de 2022, art. 1º.

 [SC Cosit nº 156-2024.pdf](#)

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

* Este texto não substitui o publicado oficialmente.